

# **ORÇAMENTO (RETIFICATIVO) DO ESTADO PARA 2021**

## **Discurso de abertura**

**Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Senhor Primeiro-Ministro,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Colegas Deputadas e Deputados,**

**Cabo-verdianas e Cabo-verdianos**

Não estamos em tempos normais, não estamos em tempo de pôr em causa a execução destas medidas de política e de outras que venham a ser necessárias, e os orçamentos retificativos servem exatamente para isso!

Para já, é certo que estamos num contexto de grande incerteza e uma crise muito profunda na aldeia global.

É o mais difícil e mais exigente que temos de enfrentar.

O Orçamento do Estado assenta num conjunto de previsões e estimativas sobre o comportamento global da economia, logo, por definição, envolve sempre alguma incerteza. Exige, sempre, desenhos de cenários otimista ou pessimista, tanto a nível das despesas como a nível das receitas, pelo que, sendo um dos principais instrumentos de governação, o Orçamento do Estado de Cabo Verde, não pode ser avaliado pelo número de vezes em que é apresentado e discutido na Assembleia Nacional, mas sim, pela resposta que dá às necessidades do país, não só quanto ao pagamento de salários da máquina administrativa e política do Estado, mas e sobretudo, nos programas e projetos direcionados aos que mais precisam, aos que mais devem merecer a atenção do Poder político.

O Orçamento do Estado para o ano em curso 2021, foi discutido e aprovado neste Parlamento em plena Pandemia da Covid-19, mas com **a perspetiva que:** (i) com a vacinação, principalmente, dos principais países emissores de turistas para Cabo Verde, a retoma do turismo seria a níveis similares à de 2011; (ii) a dinâmica económica viesse a ocorrer no segundo trimestre de 2021.

Porém, ao contrário do inicialmente previsto, o cenário de incerteza reinante, aponta para possível retoma do turismo próximo dos valores registados no ano de 2005 e a dinâmica económica a ocorrer apenas no terceiro trimestre do presente ano.

Por isso, ***cabo-verdianos!***

Temos de adaptarmo-nos, à situação real que vivemos hoje.

A retoma não ocorreu como esperado. Os turistas não vieram. A arrecadação fiscal, isto é, as receitas estão muito abaixo do projetado. As evoluções das receitas não foram em linha com o que prevíamos e antecipamos e a execução das principais despesas também. A economia cresceu menos do que o previsto. Proteger os apoios às famílias e às empresas são fundamentais e necessários.

Esta é a narrativa do Governo liderado por Ulisses Correia e Silva!

O quadro exposto, bem como a evolução da pandemia no nosso país, levou o Governo a proceder à reprogramação **das perspetivas** macroeconómicas e, conseqüentemente, à previsão dos impostos a serem arrecadados em menos de 4.875 milhões de escudos (-12,2%); da previsão das outras receitas correntes (excluindo donativos/ transferências) em menos de 1.833 milhões de escudos (12,9%); da previsão das vendas de atividades não financeiras do Estado em menos de 343 milhões de escudos (-18,7%); do montante previsto para indemnização compensatória pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e carga inter-ilhas, com um reforço de 600 milhões de escudos; da reprogramação dos meios necessários para reforçar a capacidade de resposta do Sistema Sanitário em cerca de 1.249 milhões de escudos e o reforço das transferências às famílias em 1.108 milhões de escudos; e da reestruturação da estratégia de financiamento do PRRA (Programa de Reabilitação, Requalificação e Acessibilidade), em face à lacuna de financiamento de 3.277 milhões de escudos, gerado pelo contexto atual.

Por essas razões, pode o Governo contar com o Grupo Parlamentar do MPD, para a aprovação deste instrumento de ajustamento, decorrente da evolução da pandemia no país e no mundo e o seu impacto na saúde, na economia, e, conseqüentemente, nas finanças públicas. Ajustamento esse que garante o reequilíbrio das contas públicas e as fontes de financiamento para o reforço das políticas e medidas de resposta consistente à crise sanitária e econômica.

Regoziamos com as medidas do Governo para resolver o desequilíbrio de financiamento. Destaca-se a contenção das despesas do Estado, em cerca de 2.781 Milhões de escudos, tendo em conta as seguintes medidas:

- Suspensão de todos os concursos públicos de recrutamento e congelamento da evolução na carreira da administração pública;

**- 40% do total da dotação orçamental, com financiamento do tesouro, relativa à publicidade;**

**- 50% do total da dotação orçamental, com financiamento do tesouro, relativa aos outros serviços e outros bens;**

**- 20% do total da dotação orçamental, com financiamento do tesouro, relativa às outras rubricas de aquisições de bens e serviços, que não são objeto de contratos, e às outras despesas;**

**- Reprogramação de projetos de obras públicas, garantindo recursos para os que estão em curso;**

**- Moratória do serviço da dívida junto aos credores bilaterais (empréstimos externos), diminuindo a necessidade de financiamento em 4.291 milhões de escudos (dos quais, 979 milhões são relativos aos juros);**

**- Consolidação do princípio da unicidade de caixa, contribuindo para o reforço da capacidade financeira do Estado em mais de 200 milhões de escudos;**

**- Mobilização de recursos externos adicionais por mobilidade de ajuda orçamental, que em termos líquidos se traduz no montante de 258 milhões de escudos;**

**e**

**- Aumento do crédito interno líquido para 8.800 milhões de escudos, correspondendo a 5,0 1% do PIB reprogramado, ou seja, um reforço de 2.930 milhões de CVE, em ao previsto no orçamento inicial.**

- Segundo o Governo, o reequilíbrio que se pretende com o Orçamento Retificativo 2021, através dos cortes nas despesas, não põem em causa o financiamento das despesas sociais, nem das medidas adotadas pelo Governo para proteger o sector produtivo e, por essa via, os rendimentos das famílias, previstos no orçamento inicial para 2021 (OI 2021).

**Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Senhor Primeiro-Ministro,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Colegas Deputadas e Deputados,**

Os tempos clamam por um debate sereno e construtivo, com os olhos postos na defesa dos interesses das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos, sobretudo, aqueles que mais precisam, cujos interesses estão acima de todos e cada um de nós.

Devemos perceber que num contexto difícil e nos momentos difíceis, por vezes é mais fácil estar de fora e não ter que estar associado a um Governo que pode ter de passar por situações difíceis. O país está agora a iniciar um novo ciclo.

As cabo-verdianas e os cabo-verdianos têm sido valentes e corajosos perante as enormes contingências e desafios.

A nossa economia, muito dependente do turismo, com uma contração de 14,8% em 2020, continua, segundo as perspetivas para 2021, muito difíceis e incertas, quer no plano interno quer no externo. As projeções do Fundo Monetário Internacional não são animadoras para os países Africanos, e, em especial, aos países dependentes do turismo, onde se constatou a maior revisão das projeções.

O desempenho das finanças públicas, neste cenário de maior crise no Cabo Verde independente, fez-nos interromper a tendência de redução do défice e da dívida pública. Com a permanência abaixo da atividade económica de 2019, sabemos que, quando não se arrecada receitas fiscais e não fiscais suficientes para fazer face ao aumento de despesas decorrentes da necessidade de intervenção do Estado no âmbito das medidas de reforço ao Sistema Sanitário e medidas socioeconómicas, aumentam-se com grande intensidade o défice e a dívida pública.

O défice, em 2021, deverá situar-se em 13,7% do PIB. Com isso, a dívida pública, que aumentou de 124% do PIB em 2019 para 155,2% do PIB em 2020, deverá atingir os 158,6% do PIB em 2021. O cenário é complexo, mas contem conosco. Contem conosco, em linha com os interesses económicos, do bom combate nas frentes sanitárias e sociais.

O Orçamento de Estado para 2021, inicialmente aprovado por esta casa parlamentar, previa a mobilização de recursos para financiamento de projetos e atividades no montante total de 77.896 milhões de CVE. A proposta de orçamento retificativo em mãos, caros colegas deputados, propõe, por um lado, uma reestruturação do orçamento de forma a responder ao défice de financiamento e, por outro lado, garantir o financiamento de projetos estruturantes e o reforço de políticas sociais e de resposta sanitária.

A reprogramação dos projetos e das unidades traduzem-se numa revisão do OE 2021 para um total de 78.018 mil milhões de escudos. A revisão das perspetivas da dinâmica da economia cabo-verdiana determina uma correção em baixa das receitas públicas (excluindo donativos), para 2021, em 7.045 milhões de escudos, entretanto atenuada pelos donativos diretos a projetos em 1.184 milhões de escudos. Na contabilidade do instrumento em mãos, as receitas totais vão cair em mais de 5 milhões de contos, passando de 59.871 milhões de escudos (incluindo venda de ativos não financeiros) para 54.010 milhões de CVE (-9,8%).

***Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Senhor Primeiro-Ministro,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Colegas Deputadas e Deputados***

Antes da maior crise da nossa história, o país tinha a economia a crescer, cerca de 6% em 2019, num quadro de estabilidade macroeconómica com défice orçamental inferior a 2%, dívida pública em redução, baixa inflação, reservas externas correspondentes a 7 meses de importação e num ambiente de confiança.

O contexto é outro. Este orçamento retificativo é apresentado num contexto marcado pela pandemia da Covid-19 e seus graves impactos sobre a saúde, a segurança sanitária, o crescimento económico, o emprego, o rendimento e as finanças públicas.

Impactos económicos que estão a provocar a maior recessão económica no mundo desde a Grande depressão. Impactos com contração económica em Economias Avançadas, Economias Emergentes e Economias em Desenvolvimento.

É neste contexto em que o mundo e o nosso país se encontram, que suplicamos para todos, desta feita, em nome do interesse nacional, somos capazes disso, aprovarmos, excecionalmente, a alteração do limite do défice. Este limite imposto pelas regras do orçamento previstas ao nível da Lei de Bases do Orçamento, foi estabelecido naturalmente, num e para um contexto de crescimento económico. Não foi estipulado num cenário de recessão económica e muito menos com a amplitude que estamos a viver hoje.

Não tenho nenhum receio em afirmar que, neste momento, a flexibilização/suspensão temporária das regras orçamentais para permitir que o Estado continue a dar um eficaz combate à pandemia nos diversos planos, é, no fundo, um ato patriótico, altruísta e de Cabo-verdianidade, na sua mais profunda dimensão.

O grande desafio que temos pela frente consiste em recuperar desta crise pandémica, resolvendo ao mesmo tempo os problemas estruturais, as assimetrias regionais que afetam a competitividade da nossa economia e enfrentando as vulnerabilidades da nossa sociedade. Temos de sair desta crise mais forte, para irmos mais além para que possamos abrir uma janela de esperança.

Cabo-verdianas e cabo-verdianos este é o momento de esperança e de aproveitar as oportunidades irrepetíveis que os próximos tempos nos trarão.

***Vamos, todos juntos vencer, mais esta adversidade.***

Obrigado